



Um estigma incontornável

An unavoidable stigma

■ Eliana Vicente

Resumo

O texto a seguir é um recorte de um trabalho mais amplo baseado em entrevistas em profundidade com atores com baixo capital cultural e econômico, moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Pretendo demonstrar como ocorre a reprodução dos valores e das hierarquias simbólicas entre atores pretos das classes populares. Parto da premissa que os valores e as hierarquias simbólicas são intransparentes e acionados de forma pré-reflexiva por todos nós independentemente da classe social ou da cor. Através de exemplos empíricos de manifestações de racismo a que os pesquisados estão expostos e da racionalidade prática acionada por eles para lidarem com tais situações, busco demonstrar como hierarquias e valores são reproduzidos, enquanto mantém as estruturas sociais que perpetuam as desigualdades de acesso e poder. Na análise utilizo o conceito de estigma de Ervin Goffman e o método analítico, estabelecidos-outsiders, de Norbert Elias e John Scotson.

Palavras-chave:

Estigma; Racismo; Relações estabelecidos-outsiders; Hierarquias simbólicas.

Abstract

The following text is a cut of a broader work based on in-depth interviews with actors with low cultural and economic capital, living in the outskirts of the city of Rio de Janeiro. I intend to demonstrate how the reproduction of values and symbolic hierarchies among black actors of the popular classes occurs. I start from the premise that values and symbolic hierarchies are intransparent and triggered pre-reflexively by all of us regardless of social class or color. Through empirical examples of manifestations of racism to which the respondents are exposed and of the practical rationality they have been called upon to deal with, I seek to demonstrate how hierarchies and values are reproduced while maintaining the social structures that perpetuate the inequalities of access and power. In the analysis I use Erwin Goffman's concept of stigma and the analytical method, established-outsiders, by Norbert Elias and John Scotson.

Key-words

Stigma; Racism; Established-outsiders relationships; Symbolic Hierarchies.

Introdução

Segundo Goffman (1982), em todas as sociedades encontramos os meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados naturais e comuns para as respectivas categorias. Essas categorias e os atributos que as definem formam um conjunto de expectativas normativas, que é utilizado por nós de forma pré-reflexiva. Só nos damos conta dessas expectativas até que algo incongruente se apresente. Esse conjunto formado por expectativas normativas Goffman chamou de identidade virtual. São modelos mentais que dirigem a percepção das pessoas através de valores e códigos culturais construídos socialmente, que são incorporados por nós através do processo de socialização e que correspondem ao conhecimento acumulado das representações sobre o outro.

Um indivíduo pode apresentar evidências de que possui atributos indesejáveis que o tornam diferente dos outros. Passamos, então, a deixá-lo de considerar uma pessoa comum e total, reduzindo-o a uma pessoa diminuída e até mesmo moralmente defeituosa. Diz-se sobre esse indivíduo que ele é portador de um estigma. Mas os atributos, segundo Goffman, só se tornam estigmas dentro de uma linguagem relacional, isto é, quando um conjunto de atributos depreciativos está relacionado a um estereótipo.

Se o atributo ou os atributos negativos não são conhecidos e nem imediatamente evidentes, essa pessoa é considerada uma pessoa desacreditável - por exemplo, um ex-presidiário, um viciado em drogas, uma prostituta. Mas quando os atributos negativos que distinguem um sujeito já são conhecidos pelos outros na interação ou são imediatamente evidentes, esse sujeito é percebido de imediato como uma pessoa desacreditada.

Neste artigo falarei do preconceito racial, ou seja, dos estereótipos ligados à raça que fazem de algumas pessoas desacreditadas nas interações que estabelecem com os outros em suas vidas cotidianas. O intuito não é discorrer sobre o preconceito em si, mas compreender a percepção dessas pessoas sobre o preconceito sofrido e a forma como elaboram esse preconceito.

Faço aqui um recorte extraído de um trabalho mais amplo de pesquisa para a elaboração da minha tese de doutorado¹. Os dados apresentados mais à frente foram obtidos através do trabalho de campo constituído de entrevistas em profundidade realizadas por mim entre agosto de 2016 e janeiro de 2017 com pessoas das camadas populares, moradores de diversas localidades da cidade do Rio de Janeiro, possuidores de rendimentos nominais mensais domiciliares per capita próximos do valor de R\$1.113,00². Os pesquisados também foram selecionados de acordo com o grau de escolaridade, estabelecido como escolaridade máxima dos responsáveis na família, o ensino médio completo, não havendo exigência de grau mínimo. O limite de escolaridade máxima teve como objetivo levar em consideração o volume de capital cultural dos pesquisados, forma de assegurar uma homogeneidade também desse tipo de capital, além do critério renda. Tendo em conta que a posse de capital cultural está fortemente

1 Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, com orientação do Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), intitulada: Pobres “de bem”, pobres “marginais”: a relação estabelecidos e outsiders nas classes populares do Rio de Janeiro, (VICENTE, 2019).

2 Valor baseado no rendimento nominal mensal domiciliar per capita médio da população residente no Brasil referente ao ano de 2015, segundo divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em abril de 2016. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015_20160420.pdf. Acesso em: 6 abr. 2016.

associada à classe média e não às classes populares, o intuito foi, também, o de garantir certa homogeneidade em relação à origem social dos pesquisados.

As entrevistas foram realizadas, na maioria dos casos, na casa dos pesquisados, em três etapas, cada etapa com duração de aproximadamente 2 horas, por meio de um roteiro não diretivo. A ideia de intervalo de dias entre as entrevistas foi também um recurso metodológico que visou “desarmar” o entrevistado, ou seja, dificultar as apresentações muito controladas e coerentes que o pesquisado pudesse fazer de si mesmo (LAHIRE, 2004, p. 32). Optei pela realização de entrevistas biográficas com o objetivo de construir a trajetória de vida dos pesquisados de modo a entender a origem familiar, a infância, a escola e a inserção no mundo do trabalho, tentando captar as disposições que eles desenvolveram a partir de determinada origem social comum. No entanto, ainda que metodologicamente esse trabalho tenha tratado da análise de biografias, não se trata de um estudo de caso, a intenção foi perceber como as histórias de indivíduos se conformam em uma homogeneidade de acesso aos recursos escassos e de limites na realização dos seus projetos de vida, que aparecem também como semelhantes na medida em que existe não apenas um conjunto de ideias incorporado e naturalizado que atravessa todas as classes sociais, como também uma visão de mundo homogênea própria, forjada a partir das condições existências (BOURDIEU, 2008).

O objetivo principal foi o de apreender um determinado tipo de sociabilidade entre atores das camadas populares da periferia da cidade do Rio de Janeiro e a eventual possibilidade de busca de distinção e reconhecimento desses atores através da manipulação de suas identidades reais e da construção de hierarquias e fronteiras simbólicas³. A análise esteve focada em uma camada específica das classes populares⁴ que se encontra numa posição intersticial entre aqueles pobres praticamente desprovidos dos dois principais tipos de capital que hierarquizam o espaço social, o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 2008), e as classes mais favorecidas: classe média e elite burguesa. Inspirada nos estudos de Elias e Scotson (2000), busquei compreender como essa camada intersticial, ao se relacionar com os outros dois segmentos da estrutura social, jogaria duplamente em uma dinâmica, que em um sentido nega a identificação com os mais pobres, seus outsiders e, no outro, busca uma aproximação identitária com a sociedade dos estabelecidos.

No presente artigo, através de exemplos empíricos de manifestações de racismo a que alguns dos pesquisados estão expostos e da racionalidade prática acionada por eles para lidarem com tais situações, busco demonstrar como algumas hierarquias e valores são operados e reproduzidos, contribuindo para a manutenção das estruturas sociais que perpetuam as desigualdades de acesso e poder. Tento aqui demonstrar que as estruturas e os mecanismos que aprofundam e perpetuam as desigualdades sociais são intransparentes, para todos e, por isso,

3 Sobre o conceito de fronteiras simbólicas LAMONT e MOLNÁR (2002) apontam que essas são distinções conceituais construídas pelos próprios atores sociais utilizadas como ferramentas para categorizar objetos, pessoas, práticas etc.; são erigidas através de disputas entre indivíduos e grupos tornando-se consenso sobre as definições da realidade. Os atores sociais utilizam as fronteiras simbólicas na separação das pessoas em grupos, através dos sentimentos de similaridade e pertencimento, através delas as pessoas adquirem status e monopolizam recursos (p. 168). Já as fronteiras sociais, “são formas objetivadas de diferenças sociais manifestadas em desigualdades de acesso e distribuição desigual de recursos (materiais e não materiais) e oportunidades sociais” (p. 168-169). Elas passam a existir, quando as fronteiras simbólicas tornam-se amplamente aceitas, adquirindo um caráter restritivo que padroniza a interação social de formas significativas, apresentando-se em padrões claros de exclusão social, como são as segregações de classe e/ou raça.

4 Camada social que foi nomeada por alguns autores como a “nova classe média” (NERI, 2010; SOUZA e LAMOUNIER, 2010), como “batalhadores” (SOUZA, 2010), ou, ainda, como “proletariado precarizado” (BRAGA, 2012).

existiria também uma dinâmica própria de estigmatização entre os pobres – e aqui especialmente, entre os pobres pretos – que revelaria a força de uma moralidade relacional dominante que é inculcada por todas as classes sociais. Desse modo, os impedimentos estruturais, que alguns conseguem vencer em graus variados e que os colocam em situação superior aos outros que não tiveram a mesma sorte, permanecem ocultos. Essa moralidade relacional impede não apenas que se perceba as estruturas que sustentam as desigualdades socioeconômicas, como também as desigualdades raciais e o racismo estrutural que suporta essas desigualdades.

Breve relato sobre o racismo na sociedade brasileira

Os estereótipos e estigmas relacionados aos negros no Brasil foram legitimados no final do século XIX, quando surgem os primeiros estudos ditos científicos sobre a presença dos negros na sociedade brasileira. Teorias biológicas de cunho racista importadas da Europa afirmavam a superioridade da raça branca sobre as demais, o que induziu cientistas, políticos e elites agrárias nacionais da época a pensarem em soluções no sentido de diminuir ou atenuar a presença dos negros na sociedade, fosse através da deportação para o continente africano, fosse pela importação de imigrantes europeus para a promoção da arianização do povo brasileiro (GUIMARÃES, 2017; HASELBAUG, 2005). Portanto, a legitimação da desigualdade desde cedo esteve calcada na naturalização ou na biologização da suposta inferioridade dos negros.

No decorrer da história brasileira, os argumentos discriminatórios e racistas estiveram sempre sustentados na incapacidade dos negros de abandonarem a situação de miséria em que a maioria esteve imersa desde a abolição da escravatura. Foi Fernandes (2008) quem primeiro observou que negros e mulatos⁵ foram alijados de pertencer à nova ordem competitiva pela distância social a eles imposta pelas elites brancas e pelo correspondente padrão de isolamento sociocultural. Com o advento da modernização da sociedade brasileira e da consequente transformação das relações produtivas, havia o enorme receio da perda de privilégios por parte das elites nacionais.

Segundo Fernandes, no início do século XX, com a presença já maciça dos imigrantes europeus no país, os negros foram desalojados das ocupações urbanas que preenchiam no comércio e no artesanato, e confinados a atividades mal remuneradas e degradantes. Na lavoura cafeeira, principal suporte econômico do país à época, os negros foram substituídos pelos europeus, considerados mais hábeis e industriais. Nas demais zonas agrárias, como no nordeste canavieiro, perpetuaram-se as relações de mando e de subserviência baseadas em arranjos contratuais cujo desequilíbrio pedia fortemente para o lado da elite latifundiária.

O autor observa que a introdução da ordem capitalista no país não sofreu qualquer regulação do Estado – até porque ele era dominado pelas elites oligárquicas –, sendo deixada ao curso livre e natural das relações entre dominantes e dominados, o que acabou minando em sua base os próprios fundamentos jurídicos e morais da ordem contratual, que na prática significou que o contrato de trabalho continuou a depender do status e do poder relativo das partes, prejudicando não apenas os trabalhadores brancos, mas mais agudamente os negros.

Jogados à própria sorte após a abolição e sem as condições psicossociais e morais adequadas para a inserção na nova ordem, os negros não receberam nenhum incentivo que os

⁵ Uso aqui a terminologia do autor: negros e mulatos.

integrasse de forma convincente à sociedade competitiva de mercado. Portanto, de acordo com Fernandes, foram os arranjos sociais da sociedade brasileira pós-escravatura que contribuíram de forma determinante para a pobreza e a situação de marginalização dos negros brasileiros e seus descendentes, e não qualquer tipo de inferioridade biológica ou psicológica.

Vivendo sob o estigma racial

Os estereótipos relacionados a determinados grupos sociais se constituem por uma série de associações que servem à categorização desses grupos. Essas categorizações, como bem explicou Goffman (1982), são governadas por um processo cognitivo pré-reflexivo constituído por associações simbólicas inseridas no imaginário social de toda a sociedade, inclusive dos próprios negros. Esses estereótipos são também reafirmados e reproduzidos cotidianamente pelas instituições como a mídia, o mercado, a escola, enfim, pelas principais instituições da sociedade. Essa reprodução não ocorre à toa. Como disseram Elias e Scotson (2000), ela tem a função de fazer com que os membros dos grupos outsiders incorporem os atributos negativos que a eles são imputados. E, ao crer na própria inferioridade, não apenas aceitam como legítimos os privilégios dos grupos estabelecidos, como os justificam naturalizando a superioridade dos membros desses grupos.

Vejam como isso ocorre na prática. Ana, uma mulher preta que atualmente mora em uma favela da Zona Norte da cidade, diz que apesar de todas as dificuldades pelas quais passou na infância – a família de Ana pedia sobras de pão na casa de uma vizinha para comer –, foi feliz vivendo em um bairro no subúrbio da cidade, que à época mais se parecia com uma cidade do interior. As crianças costumavam brincar na rua, e a casa de seus avós, por quem ela foi criada, estava sempre aberta para que Ana trouxesse seus amigos da vizinhança. Mas ela hoje percebe que não havia reciprocidade, porque não era chamada a frequentar a casa dos seus amigos. Quando havia festas de aniversário das crianças da sua rua, Ana não era convidada: o máximo que ela ganhava era um pratinho de bolo no dia seguinte. Ana percebe hoje que a causa da rejeição era devido ao fato dela ser preta. Porém, até a adolescência, ela não entendia bem porque isso ocorria e tampouco se importava, o que ela queria era continuar brincando com as outras crianças do bairro. Ana diz que começou a se dar conta da existência da discriminação contra ela, de fato, quando aos 14 anos se apaixonou por um garoto branco da vizinhança.

Isso existe (preconceito racial). Porque eu passei muito pelo preconceito quando eu era criança. (...) eu perdi um namorado que hoje eu poderia estar casada com ele, porque ele era branco e eu sou negra. Então eu tive essa oportunidade ... porque eu, negra, pobre, cabelo duro, e a família dele era branca, loira, do olho azul. Eu perdi dois namorados por causa da minha cor. Mas teve um que me marcou mais. Ele era meu vizinho, desde pequeno a gente brincava junto, a gente cresceu junto. Começamos a namorar com 11 anos. E com 14 anos, quando a família começou a ver que o negócio estava ficando sério, tirou ele de perto de mim (Ana, preta, 44 anos, viúva, sem filhos, ensino médio completo, faxineira/cuidadora de idosos, reside em uma favela da Zona Norte).

Segundo Ana, a família obrigou o garoto a viver na casa de parentes em outra cidade no interior do Estado. Foi quando ela percebeu que o máximo que poderia ter com os seus amigos de infância era uma amizade restrita ao âmbito da rua, porque ela era preta. Como outros pesquisados que são também pretos, Ana só veio a ter consciência do racismo na adolescência. Porém, hoje ela diz que aprendeu a lidar com isso, diz que procura viver a vida sem prestar

muita atenção a “essas coisas”, pois segundo ela, “não vale a pena perder tempo com isso”. Mas será que o discurso de Ana se confirma na prática?

Ana é uma mulher bonita, que cuida do seu corpo fazendo atividades físicas regularmente. Ela diz estar satisfeita com a sua aparência, mas confessa que tem uma única coisa que lhe dá trabalho, o seu cabelo crespo. Ela faz relaxamento na raiz dos cabelos para “domá-los”⁶.

Eu não faço cabelo em qualquer lugar, porque cabelo de negro é complicado, então a gente não pode fazer em qualquer lugar e com qualquer pessoa. Porque cabelo de negro é caro, porque são cabelos duros, é cabelo que a raiz é dura, então ele sai caro, não é em qualquer lugar e qualquer pessoa que consegue fazer, entendeu? Antes eu alisava de vez em quando com o ferro quente. Eu passei Henê, mas não me dei bem. Aí deu ferida e tudo, aí minha avó parou de passar. Aí usava trancinha, ferro quente no cabelo pra alisar, botava um rocó ali e outro aqui (Ana).

Como visto, desde cedo Ana incorporou, através dos cuidados da avó com ela, a ideia de que seus cabelos precisavam ser “domados”, de que havia algo errado com eles. Ana diz que é impossível não fazer um tratamento para domar os cabelos, e ao mesmo tempo ela procura justificar de algum modo essa preocupação, dizendo que adora a sua cor de pele, não presta atenção em preconceito racial e tem uma autoestima muito boa. Ela tentou, inclusive, usar o cabelo de forma natural, sem alisamento, ao estilo black power, que ela acha lindo, mas considerou que não combinava muito com ela. Ela diz que não se sentia ela mesma daquela forma.

O cabelo do negro, visto como “ruim”, “uma coisa a ser domada” é uma expressão do racismo e da desigualdade racial, da inferiorização naturalizada e incorporada. Mudar os cabelos assumindo-os da forma natural e se sentir bem requer de Ana que ela deixe de acreditar nos estigmas que são imputados aos pretos, um trabalho de consciência sobre os mecanismos de inferiorização ao qual Ana não teve e continua não tendo acesso pelas circunstâncias estruturais que determinaram a sua situação de classe e o seu lugar na sociedade.

De fato, a preocupação com o alisamento do cabelo está ligada à necessidade de obter uma estética semelhante à estética considerada legítima: aquela da mulher branca de cabelos lisos predominante nos grupos estabelecidos. Significa que os estereótipos de inferioridade em relação à aparência física dos negros persistem mesmo naquelas pessoas que parecem ser bem resolvidas porque são incorporados e reafirmados pelo racismo manifesto contínua e difusamente pela sociedade. Vale lembrar que Ana foi impedida de continuar o namoro com garotos brancos por conta da sua cor. Talvez por essa razão, os cuidados com a aparência não se restrinjam aos cuidados com o cabelo: “Até porque a gente sempre andou muito arrumado e tal. Eu sempre andei muito arrumadinha”, disse Ana. A preocupação em andar bem “arrumadinha” e “bem apresentável” foi percebida em outros depoimentos, entre aqueles que são pretos. Esses consideram a apresentação através da vestimenta adequada e do cabelo domado (no caso das mulheres) ou bem aparado (no caso dos homens) muito importante para não serem identificados como alguém perigoso ou sem valor social.

6 Esse é um gasto com a aparência que a maioria das mulheres afrodescendentes pesquisadas (pretas e pardas) declararam ter.

As experiências de vida de Ana, que a marcaram através da dor e do sentimento de rejeição e exclusão, contribuíram para a construção da sua baixa autoestima. Ainda que negue, a insegurança quanto ao uso do seu cabelo natural está relacionada à sua aparência física, aparência determinada de antemão pelas expectativas morais que os outros têm sobre ela, mulher preta e pobre.

Já Eduardo, outro pesquisado, demonstrou ter desenvolvido uma racionalidade prática para lidar com o preconceito, afirmando que se for se importar com tudo que acontece com ele nesse sentido, a sua vida seria muito difícil. Desde que rompeu os limites do seu mundo de infância, “nos bairros que eu morava (...) era misturado, tinha mais gente negra”, até quando foi seguido pela primeira vez pelo segurança do supermercado no subúrbio onde morava, Eduardo começou a se dar conta do preconceito que colocava em xeque a sua moralidade. Daí em diante ele sofreria preconceito racial em ambientes religiosos, de trabalho, comerciais, entre amigos e em abordagens policiais.

Foi a partir dos 16 ou 17 anos que Eduardo diz ter realmente começado a perceber que a cor da sua pele fazia diferença no modo como as pessoas o tratavam.

Você chegar em alguns lugares, entendeu? E a pessoa começar a te olhar por você ser assim negro, você ser preto. Você viu que os olhares eram diferentes, entendeu? Olha, estava todo mundo ali, mas aí neguinho falava assim: “- O único negão é você, aqui”, entendeu? Já começava as brincadeiras. Na hora de pegar uma parada: “- Manda neguinho pegar ali”, “- Vai lá neguinho, pega lá”. Porque você é preto, você é que tem que pegar as coisas (Eduardo, preto, 44 anos, um filho, casado, ensino fundamental completo, técnico de elevador, reside em um bairro da Zona Norte).

O preconceito ficou mais óbvio ainda quando, aos vinte e dois anos, Eduardo começou a frequentar uma igreja evangélica no bairro onde morava. Ele conta que fazia evangelização todos os domingos nas imediações da igreja, além de chegar mais cedo para preparar o lugar para o culto limpando as instalações. Mas sentia que o pastor o discriminava e fazia o mesmo com um colega seu, também preto, com quem estava sempre junto.

Eu ia na rua falar da palavra de Deus pro pessoal, eu o meu colega. Aí beleza, fazia a evangelização, aí tinha um horário que a gente ia arrumar a igreja e coisa e tal, pra ter o culto, né? Aí eu chegava cedo e arrumava, eu e esse meu colega e, no finalzinho, a gente ia pra casa e tomava um banho. Chegava o pastor e mandava a gente ir lá pra trás. Porque eu e este meu colega, a gente era preto, né? Aí mandava a gente lá pra trás, eu falei assim: “- Cara, eu vou sair, porque ele só manda nós dois lá pra trás. Cara, é porque a gente é preto”. Então eu vi o preconceito. Aí eu falei: “- Cara, isso aqui não está me fazendo bem”, e acabei saindo (Eduardo).

Eduardo percebeu que era considerado bom para fazer o serviço pesado, mas não era bom o suficiente para representar a igreja permanecendo próximo ao pastor. O estigma desacreditava de antemão Eduardo e, pelo fato dele ser preto, todos os estereótipos relacionados à sua característica física poderiam “contaminar” a imagem do pastor e da sua igreja. Essa foi, provavelmente, a razão pela qual o pastor não permitia que ele e o amigo ocupassem aquela posição durante os cultos. Eduardo não correspondia ao conjunto de expectativas que o pastor possuía sobre alguém que merecesse ocupar aquele local: a

identidade virtual de Eduardo, na concepção do pastor, não correspondia àquele papel, o que significa que a cisão social entre estabelecidos e outsiders determina na prática os papéis sociais que cada um pode ocupar na sociedade.

No entanto, o episódio mais significativo em relação ao preconceito na vida de Eduardo ocorreu quando, certa vez, ele estava a caminho do trabalho. Eduardo conta que trabalhava como carregador de caminhão em uma transportadora havia alguns anos, quando a empresa passou a apresentar dificuldades financeiras e, por esse motivo, começou a atrasar o pagamento dos salários e a entrega dos benefícios, como o vale-transporte. Sem dinheiro para pegar as duas conduções necessárias para chegar ao trabalho, Eduardo pegava apenas um ônibus e fazia o resto do percurso a pé, passando por dentro de uma favela para cortar caminho. Em uma dessas ocasiões, ele foi abordado pela polícia militar e, antes que pudesse explicar que estava a caminho do trabalho, foi retido pelos policiais e jogado de forma truculenta contra uma parede.

Então, quando eu passei dentro de uma comunidade e eu fui abordado pela polícia, a polícia me tacou na parede, me botou sentado no chão junto com os bandidos lá. Foi na favela Parque Columbia, fica perto da Pavuna. Eu pegava no trabalho de tarde, de duas da tarde até dez da noite. Foi à tarde que a polícia me abordou. Então eu fiquei muito aborrecido. Eu andava com uniforme da empresa, crachá, com tudo, mas aí eles não quiseram saber de nada. Tentei falar que eu estava indo para o serviço. Aí eu estava de walkman, aí os caras me jogaram na parede, aí eu já fiquei nervoso, e eu cheguei muito atrasado na empresa (Eduardo).

Pergunto a Eduardo se a polícia ficou com o walkman dele, Eduardo respondeu: “Não, a polícia não me levou nada, levou minha moral, né?”. O que o livrou de um desfecho talvez mais violento e irreparável que pudesse vir a ter a abordagem policial foi que a experiência no exército fez com que Eduardo, na primeira chance, depois de algum tempo retido, se referisse aos policiais pelas patentes. Assim ele obteve uma chance de se explicar e retirar da bolsa seu uniforme e seu crachá, podendo então provar que era trabalhador, não bandido.

Os sentimentos suscitados em Eduardo ao viver a situação narrada foram de humilhação e raiva pela injustiça sofrida, quando ele sentiu que a sua dignidade havia sido roubada.

É humilhação, impotência, porque você não pode fazer nada, porque você está dentro de uma comunidade e pra pessoa fazer alguma coisa e forjar alguma coisa é super fácil, entendeu? Então, eu queria falar, mas não podia falar, eles não deixaram eu falar, então eu fiquei... Cara, só passava revolta pela minha cabeça, vontade de pegar aquilo tudo e sair correndo. Senti medo, porque eles batiam nos outros caras. Eles iam batendo nos outros caras. Já tinha outros caras presos lá e à medida que passava alguém lá, eles pegavam, perguntavam alguma coisa e colocavam sentado no chão, chutavam. Quando ele me mandou parar e eu não escutei porque eu estava de walkman, daí ele me jogou contra a parede, eu senti muita raiva. Então eu senti muita impotência, que você não pode fazer nada, que você tem que se sujeitar a muitas leis. Aí eu vi que a pessoa de bem não é respeitada. Hoje em dia existe muito direito, mas, para o bandido, para pessoa de bem, nada (Eduardo).

Eduardo acredita que a abordagem ocorreu porque ele é preto. Ele diz que, em outras situações, nas quais foi abordado pela polícia e estava na companhia de colegas brancos, os

policiais só revistaram ele. Como ficou um tempo considerável retido pela polícia, Eduardo chegou muito atrasado ao trabalho e também muito agitado pelo ocorrido, acabou então se desentendendo com o chefe quando ele chamou a sua atenção pelo atraso, sem lhe dar oportunidade de se explicar (novamente sem voz). Como consequência, além de ter a sua dignidade abalada pela agressão policial, Eduardo perderia, em seguida, o emprego.

Vale observar o fato de que Eduardo parece não condenar a truculência e a violência da abordagem policial em si quando ele diz, “Aí eu vi que a “pessoa de bem” não é respeitada. Hoje em dia, existe muito direito, mas, para o bandido, para pessoa de bem, nada”. O descumprimento da lei por parte da polícia e o desrespeito dos direitos de cidadania não são questionados por Eduardo; o que o deixou indignado foi o fato dele ser tratado como um outsider. Significa que Eduardo não apenas incorporou o discurso dos estabelecidos, mas que esse discurso tem o efeito de colocar os pobres uns contra os outros, produzindo um sentimento de desprezo e intolerância que se torna um obstáculo às formas de solidariedade e de coesão social, além de encobrir possíveis causas da violência e da marginalidade.

Um bom exemplo do que acabei de falar pode ser conferido no depoimento de outra entrevistada, Vera⁷, que é branca e reside em uma favela da Zona Sul da cidade. À época que realizei as entrevistas com ela, estavam ocorrendo eleições municipais no país, o candidato no qual Vera votaria era aquele indicado pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o bispo Marcelo Crivella. Questionada por mim sobre seu voto, Vera me respondeu que, quanto mais evangélicos ocupassem cargos políticos, tanto melhor seria a expansão dos espaços onde poderia ser levada a palavra de Deus. Quanto ao candidato mais progressista nessa eleição, Marcelo Freixo, Vera, assim como outros pesquisados, revelou que não votaria em alguém que defende “direitos humanos para bandido”.

A contradição representada pela rejeição às ações de direitos humanos vinda desses pobres é algo que impressiona, uma vez que estas se constituíam como um mecanismo em defesa daqueles que são mais pobres e mais carentes, garantindo-lhes os direitos de cidadania. No entanto, essa rejeição pode ser enquadrada sob a ótica da relação entre pobres dignos (estabelecidos) e pobres indignos (outsiders), oposição que, justamente, dificulta enormemente qualquer solidariedade entre eles. Ela é alimentada pelo desprezo e pela raiva que os pobres “de bem” sentem pelos “pobres marginais”, porque os últimos seriam a fonte de todos os estigmas dos quais querem se dissociar.

Segundo Malaguti (2014) a ideia de que os pobres são portadores naturais de defeitos morais é alimentada diariamente: ela contribui para culpabilizar os próprios pobres pela violência que os acomete, mantendo encobertas as estruturas constituídas pelos grupos dominantes ou estabelecidos para a reprodução das estruturas que mantêm seus privilégios. O discurso dominante produzido contra as ações voltadas para o cumprimento dos direitos humanos, além de ter como objetivo legitimar entre os próprios pobres a violência policial, acaba por jogar uns contra os outros, retirando possibilidades de solidariedade de classe ou racial, de percepção das situações desfavoráveis que induzem à marginalidade e, até mesmo, de entendimento que existem direitos adquiridos que devem ser respeitados.

A violência policial sofrida por Eduardo revela o risco constante de rebaixamento social e a conseqüente humilhação a que estão expostas as pessoas com características sociais e raciais semelhantes a dele, pois mesmo sendo trabalhador, Eduardo, assim como outros aqui

7 Vera: branca, 38 anos, uma filha, separada, auxiliar de administração, reside em favela da Zona Sul.

retratados, corre cotidianamente o risco de ser identificado como pessoas sem valor social dado que os estereótipos relativos à cor fazem desses indivíduos pessoas de antemão desacreditadas. Talvez isso explique o fato de tanto Ana quanto Eduardo se preocuparem muito com a apresentação pessoal. Ele considera muito importante andar adequadamente vestido e se gaba do fato de nunca sair de chinelos nem na porta de casa. Assim como Ana, ele diz:

Eu acho que se você andar um pouquinho mais arrumado, as pessoas não torcem o nariz para você. Eu acho que eu passei a ter mais esta preocupação com uns 16 anos. Eu fui no mercado e alguém torceu o nariz pra mim. Eu tava de short, chinelo, camiseta e alguém torceu o nariz pra mim, entendeu? Eu tava com a minha mãe, ela foi pegar alguma coisa e eu fui para o outro lado. O segurança veio atrás de mim, e a minha mãe, ela percebeu. Eu não percebi nada, mas a minha mãe percebeu e bateu boca com ele. Minha mãe, como já te falei, é branca. Daí eu comecei a andar mais bem arrumada (Eduardo).

A racionalidade prática de Eduardo para vencer o preconceito se traduz no cuidado com que ele procura se vestir e na valorização que ele dá ao uniforme da empresa onde trabalha. Mesmo podendo se deslocar até o trabalho com roupas comuns, Eduardo faz questão de trabalhar uniformizado, até porque no uniforme consta o nome da empresa para a qual ele trabalha. E como fez questão de dizer em vários momentos das nossas entrevistas, ele trabalha para aquela empresa que é a “número 1” no ramo de elevadores. Ao andar com o uniforme da empresa, Eduardo pretende comunicar algo sobre sua identidade real: ele pretende atenuar os estigmas a ele relacionados.

É esse o tipo de racionalidade prática que Eduardo pode acionar dadas as suas circunstâncias de vida. Por exemplo, ele sabe que existe uma lei⁸ que proíbe a discriminação no uso de elevadores sociais no município do Rio de Janeiro, pois ele fez referência a isso durante a entrevista. Apesar disso, Eduardo não buscou acionar a lei em seu favor quando foi discriminado por um morador do prédio onde trabalhava, que o intimou a usar o elevador de serviço, quando de fato, Eduardo estava apenas consertando o elevador social.

Acontece que, além dos poucos recursos sociais, culturais e econômicos que Eduardo possuiu para acionar os mecanismos legais que façam valer os seus direitos, essa não é uma questão refletida por ele, e não é refletida até mesmo pela falta desses recursos. Eduardo pode ter até sentido raiva na hora que ocorreu o incidente, mas em certo sentido ele acha que a lei de injúria racial acaba acendendo conflitos sociais desnecessários. Na verdade, ele chega a dar a entender que ela é injusta.

Antes de fazer a injúria racial, agora a pessoa pensa duas vezes, “- Pô, se chama o cara ali de, “- Aí macaco!”, o cara pode me processar e coisa e tal”, ainda mais com testemunho. Mas se eu te chamar assim: “- Oh, branquela, oh leite azedo!”, aí você não pode me processar. Mas eu te chamei de branquela, de leite azedo (Eduardo).

O fato de Eduardo considerar a lei de injúria racial uma lei injusta para os brancos aponta para um efeito importante que leis deste tipo têm sobre os pretos ou os pobres: elas expõem a cisão social. Essa lei é entendida por Eduardo como uma proteção ou tutela concedida pelo Estado a um grupo incapaz de se impor por si só. Assim como as cotas étnico-raciais, que

8 Trata-se da Lei Municipal nº 3629 de 28 de agosto de 2003.

Eduardo desaprova, essa lei acabaria reafirmando a suposta inferioridade dos pretos. Ao interpretar a lei dessa forma, Eduardo está reivindicando um tratamento igualitário por parte do Estado, o qual ele entende, deve ser concedido aos indivíduos e não a grupos de indivíduos específicos. Isso porque, conforme a ideologia dominante da meritocracia⁹ incorporada por Eduardo, todos são iguais, todos têm a mesma capacidade, basta o esforço pessoal para vencer. E, dessa forma, vencer o preconceito racial se torna uma questão individual e particular de provar o mérito pessoal, não uma questão de se identificar com um grupo ou uma causa comum.

O que acabei de dizer pode ser ilustrado através de outro exemplo fornecido ainda por Eduardo, que descreveu outro episódio quando ele e alguns colegas foram ao shopping Rio Sul¹⁰ resolver questões referentes ao trabalho deles em uma empresa localizada no mesmo prédio onde fica o shopping. Uma vez lá, decidiram aproveitar para “ver as vitrines” e depois tomar um chope na praça de alimentação. Em determinado momento, Eduardo e os amigos perceberam que estavam sendo seguidos pela segurança. Eduardo diz que eles não se abalaram nem um pouco, sentaram e tomaram chope como clientes normais que, de fato, eram. Ele confessa que a sua segurança hoje reside no fato de poder pagar pelo que consome.

Porque hoje em dia, é aquele negócio assim, eu posso comprar. Eu não posso comprar aquele negócio assim, muito caro, mas eu posso comprar. Eu tenho um cartão de crédito e, Graças a Deus, eu posso comprar. Eu não preciso ficar me rebaixando (Eduardo).

Em se tratando de identificação, segundo Goffman (1982), os documentos que a pessoa traz consigo funcionam como uma espécie de prova de sua identidade pessoal. E entre esses documentos, eu diria que o cartão de crédito é especialmente valorizado, haja vista simbolizar o sucesso do seu portador na ordem competitiva de mercado, “[...] Os cartões de crédito atestam superficialmente a identidade pessoal, útil na decisão de se dar ou não crédito ao indivíduo, mas, além disso, atestam que ele pertence a uma categoria social que garante tal crédito” (GOFFMAN, 1982, p. 71).

No caso de Eduardo, o cartão de crédito atenua a sua condição de pessoa desacreditada. Eduardo é um homem das classes populares que conseguiu se especializar em uma profissão um pouco mais valorizada do que, por exemplo, daquela que exercia anteriormente, carregador de caminhão, profissão que depende muito mais da força física do que da capacidade intelectual. Ele se sente orgulhoso da profissão e de poder ser respeitado, ainda que parte do respeito que ele receba da sociedade advinha da sua capacidade de consumo. E é dessa forma individualista que ele consegue se opor às injúrias raciais direcionadas a ele. De fato, Eduardo não recusa a dinâmica estabelecidos e outsiders, ele luta para estar ao lado dos estabelecidos, não percebendo que o seu poder nessa luta é infinitamente inferior aos das pessoas brancas da classe média estabelecida e, por isso mesmo, está sujeito cotidianamente a avaliações negativas sobre a sua pessoa.

A falta de disposição de alguns entrevistados para buscar seus direitos foi um dado que também demonstra a operacionalidade da relação estabelecidos-outsiders. Um caso

9 Sobre o conceito de meritocracia ver Sennett (2004).

10 Shopping Center localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, uma área considerada economicamente nobre na cidade.

emblemático é o da entrevistada, Irene, que diz se sentir muito constrangida na presença de um juiz.

Caramba, eu imagino essas mulheres que vão para pedir pensão, como é que não é a situação. E eu não me vi nessa situação no tribunal, nem nada, nunca pedi pensão, nem pedi nada na justiça trabalhista, não é a minha cara. Eu acho que ficar na frente de um juiz me constrange. Eu não sei te explicar, mas não é legal. Não é legal pra mim, eu acho que isso aí não deveria existir. Eu vou botar na justiça a firma, chega lá na hora dá tudo errado, a firma está sempre na razão (Irene, preta, 53 anos, três filhos, casada, ensino fundamental incompleto, copeira, moradora em um prédio na região central da cidade).

O constrangimento de Irene parece estar associado à sensação de inferioridade que provavelmente ela sente perante figuras de autoridade, como um juiz ou mesmo o médico com quem ela costuma se consultar no INSS a respeito de um problema crônico de saúde. Essa sensação de constrangimento é tão poderosa que ela prefere não buscar seus direitos. Irene não se sente à altura de reivindicá-los, porque, além da falta de recursos materiais e simbólicos para tal, ela incorporou todos os estigmas dirigidos a ela enquanto mulher preta e pobre. É justamente esse o efeito dos estigmas imputados às pessoas dos grupos outsiders. A incorporação da inferioridade como uma verdade enfraquece a autoestima, gerando insegurança e impotência e, como resultado, isso mantém os dominados no lugar a ele determinados no espaço social, o que explicaria o imobilismo em relação à reivindicação de justiça social.

Jorge, um jovem muito simpático que nasceu e foi criado em uma grande e conhecida favela da Zona Norte do Rio também parece ter desenvolvido uma espécie de racionalidade prática para lidar com a discriminação racial. O trabalho de Jorge fica a menos de meia hora da sua casa, e ele costuma fazer esse percurso de bicicleta. Assim, pode economizar o vale transporte que recebe. Mas, para se prevenir, ele só faz o percurso de bicicleta com o crachá da empresa pendurado no pescoço, de forma que fique bem visível.

Quando vou trabalhar, no trabalho, eu vou trabalhar de chinelo e de camiseta. Lá eu boto uniforme. Antes de ir, claro, levo meu documento, coloco meu crachá na frente, para qualquer coisa, sabe como é na rua, né? Hoje em dia tem assalto de bicicleta, assalto a pé, aí como sou negro, de repente passando, de repente assim, um exemplo, antes de eu passar já aconteceu alguma coisa ali na frente, aí a bicicleta do garoto (assaltante) era igualzinha à minha, de repente, ele é mais ou menos parecido comigo. Aí me param, até... Como te falei antes, até descobrir que não sou eu, para ver que estou indo trabalhar mesmo, de verdade (Jorge, preto, 31 anos, dois filhos, separado, ensino médio completo, carregador de caminhão, morador em uma favela da Zona Norte).

Jorge tem que se preocupar e estabelecer estratégias para não ser preso pelo simples fato de ser preto. Contudo, a preocupação maior dele é que, se tal incidente viesse a acontecer, isso poderia prejudicar o seu trabalho, pois poderia acontecer de ele ser levado até a delegacia apenas para averiguação para ver se não é fichado ou procurado por algum delito. E, depois, ele teria que levar uma declaração policial na empresa para explicar o “mal-entendido”, a declaração poderia demorar a sair. “Como te falei antes, até descobrir que não sou eu, para ver que estou indo trabalhar mesmo, de verdade... aí sabe como é, né? Aquele nosso dilema brasileiro, é ficar enrolando a pessoa” (Jorge). O dilema brasileiro ao qual Jorge se refere não é

o preconceito racial, mas a burocracia estatal que ele teria que enfrentar para conseguir a declaração que justificaria, para a empresa onde trabalha, que ele foi erroneamente confundido com um assaltante. Mesmo diante do absurdo de tal situação, Jorge tem consciência de que todos os ônus resultantes do “mal-entendido” pesariam sobre ele.

Para evitar situações similares a essa, Jorge também prefere viajar em pé quando usa transporte coletivo.

No ônibus também, você senta do lado, eles ficam achando que a gente vai fazer alguma coisa. [...] porque tem muita gente que infelizmente tem muita titica na cabeça, para não falar besteira, tem gente também que procura, dá motivo. Aí pessoas que não tem nada a ver, como eu ... acham que a gente está do lado de lá, é fogo! Porque tem, tipo assim, tem gente que dá motivo, como eu te falei, dá motivos, em vez de arrumar um trabalho, vai para rua roubar os outros, roubar trabalhador. Aí eu vou sentar do seu lado, vou te dar motivos também. Vou estar aqui quietinho na minha, curtindo minha musiquinha, mesmo assim você vai ficar desconfiada. Eu prefiro levantar. Eu levanto, ou então tiro meu crachá e boto aqui para o pessoal ver que estou indo trabalhar ou saindo do trabalho, mas eu prefiro levantar mesmo (Jorge).

Por ser preto e pobre, ele acredita que pode ser confundido com um marginal em qualquer uma das situações acima citadas. Goffman (2010), a respeito do comportamento em lugares públicos diz que:

A regra de comportamento que parece ser comum a todas as situações e exclusiva a elas é a regra que obriga os participantes a “se encaixarem”. [...] o indivíduo deve ser bom e não causar um escândalo ou uma perturbação; ele não deve atrair a atenção indevida para si mesmo [...] (p.21).

Para se encaixar, não chamar a atenção para si e não causar nenhuma perturbação, como deixar os outros apreensivos em relação a ele, Jorge desenvolveu estratégias que o ajudam a lidar com tais situações. Enquanto portador de uma identidade virtual desacreditada e que, portanto, pode despertar suspeita sobre si, Jorge procura se antecipar a qualquer situação desagradável que possa surgir através da regulação consciente e intencional de seu comportamento em lugares públicos, o que provavelmente demanda um desgaste emocional que se configura como mais uma forma de retirada de direitos de pessoas como Jorge.

Outra estratégia de Jorge para não ser confundido com um marginal ou um favelado¹¹ é andar “arrumadinho”, “cabelo cortadinho” e, sobretudo, saber falar, jamais falar gírias quando estiver fora da favela. Ele presta bastante atenção para parecer educado: “Eu moro cá, mas eu tento aprender também do lado de lá, entendeu?”, disse Jorge. Na verdade, manipulando sua aparência de forma consciente Jorge pretende atenuar os estigmas que recaem sobre a sua identidade virtual (GOFFMAN, 2009 e 2011).

11 O termo favelado possui uma conotação depreciativa entre os pesquisados, principalmente entre aqueles que residem em favelas. Está associado à pessoa que fala alto ou grita em lugares públicos, que não cuida da aparência e se veste de forma inapropriada (no caso dos homens: bermuda, chinelo, camiseta sem mangas; no caso das mulheres: roupas muito decotadas, curtas, justa ou transparentes), que fala muitas gírias, que não cuida da casa etc.

Considerações finais

Tendo em conta os relatos de experiências de vida apresentados, percebe-se que não basta aos pretos, especialmente aos pretos pobres, serem trabalhadores disciplinados e honestos para terem confirmados a sua moral e o seu valor social. Existe, ainda que de forma difusa, a associação e a identificação deles com imagens negativas, relativas ao elemento improdutivo, indisciplinado, desqualificado, incapaz, ameaçador, bandido e marginal. Isso revela a carga do preconceito racial entre nós e o quanto isso contribui para a manutenção da desigualdade de poder entre pretos e brancos.

Tanto Jorge quanto Eduardo parecem entender o peso dos estereótipos que são a eles imputados, mas ambos justificam a discriminação sofrida como consequência da atuação criminosa dos outros pobres outsiders que têm as mesmas características físicas que as deles. Incapazes de lutar contra o racismo, por falta de recursos simbólicos e materiais para isso, e por terem que batalhar a cada dia pela sobrevivência imediata em um mundo sobre o qual não têm quase nenhum controle, eles procuram negar ou atenuar o preconceito, afirmando que quem se apega a isso está de fato se aproveitando de um vitimismo que serve para justificar a falta de força de vontade individual¹².

A incorporação do discurso dominante talvez seja a única estratégia à mão para lidar com a cisão social praticamente naturalizada, contra a qual há duas escolhas possíveis: aceitá-la e tentar sobreviver dentro dos moldes da legalidade e da meritocracia, ou se colocar contra isso da única forma possível de fazê-lo, que é desafiando as regras e as leis da sociedade estabelecida através do comportamento criminoso. Isso ocorre porque uma terceira via, aquela da consciência de classe e de raça, que pudesse ser despertada pelo sentimento de injustiça e que levasse a algum tipo de reflexão e de luta socialmente organizada, está muito distante do mundo vivido pelas pessoas que foram aqui apresentadas e por outras com as mesmas características socioeconômicas e raciais, principalmente porque a causa do preconceito e da discriminação não é percebida como desigualdade de poder, mas como culpa daqueles maus elementos, daquela minoria de pobres outsiders considerados os reais responsáveis pelo fato dos “cidadãos de bem” sentirem medo.

A partir do que foi observado é possível concluir que os efeitos da dinâmica relacional entre os “pretos pobres estabelecidos” e os “pretos pobres outsiders”, contribuem para perpetuação do racismo estrutural e a desigualdade entre as classes sociais, além de ocultar as verdadeiras causas desse desequilíbrio de poder.

Referências

- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Viràg. The study of boundaries across the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, n. 28, p. 167-195, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

12 Sobre a relação entre responsabilidade individual e meritocracia ver DARDOT e LAVAL (2016).

- GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008, vol. I e II.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo. Cortez, 2017.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE divulga renda domiciliar per capita, 2015.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre. Artmed, 2004.
- MALAGUTI BATISTA, Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*: Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Elsevier, 2010.
- SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- VICENTE, Eliana. *Pobres “de bem”, pobres “marginais”*: a relação estabelecidos e outsiders nas classes populares do Rio de Janeiro. 2019. 184 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

Eliana Vicente - Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: eliana_vicente@hotmail.com.